



LEI ORDINÁRIA Nº 8

de 29 de janeiro de 1950

Autoriza a Prefeitura Municipal de Corumbá a contrair um empréstimo de Dois Milhões de Cruzeiros (Cr.\$2.000.000,00) com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, para despesas com o serviço de abastecimento de água a cidade e dispõe sobre a garantia do referido empréstimo.

A CÂMARA LEGISLATIVA DE CORUMBA decreta e o Prefeito Municipal sanciona e vai executar a presente LEI:

Art. 1º..

Fica a Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso, Brasil, autorizado a realizar uma operação de credito da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, até a quantia de DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS (Cr.\$2.000.000,00) a taxa de juros de 8% a.a. (oito por cento), e destinada a despesa com os serviços de abastecimento e tratamento de água para esta cidade.

Art. 2º.. *O prazo de resgate será de quinze (15) anos, com amortizações mensais.*

Art. 3º..

As importâncias necessárias é amortização do empréstimo, serão incluídas nos orçamentos anuais do município.

Art. 4º..

Em garantia e como caução do empréstimo a ser contratado com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, fara a Prefeitura a emissão especial de treis mil e quatrocentos (3.400) títulos, do valor nominal de Hum mil cruzeiros (Cr.\$ 1.000,00), cada um, a juros de 8% a.a. (oito por cento) pagaveis em Janeiro e Julho de cada ano, para resgate em quinze anos, devendo aos mesmos ser admitidos a cotação de Bolsa Fundos Públicos do Rio de Janeiro.

Art. 5º.. *Os títulos de que trata o artigo 4º poderão ser emitidos, em coutelas.*

1º

Logo que a Caixa Economica Federal do Rio de Janeiro julgar necessário, a Prefeitura emitira os títulos definitivas e, se não fizer dentro do prazo máximo de noventa dias, da solicitação da Caixa Economica, poderá esta emitil-os por conta da Prefeitura, ficando, desde já, investido dos poderes necessários para autenticar os referidos titulos em nome da Prefeitura, e promover todos os atos que forem necessarios à sua alienação.

Art. 6º..

Para garantia das obrigações assumidas com a omissão dos títulos referidos no art. 4º, a Prefeitura destinara, enquanto estiverem em vigor os títulos ou empréstimo que eles garantem, a renda proveniente da arrecadação da taxa da água.

1º

No caso de deixar de ser feita pela Prefeitura a arrecadação dos tributos enumerados neste art. o Prefeito Municipal, dentro do prazo máximo de trinta dias e depois de ouvido a Caixa Economica Federal do Rio de Janeiro, expedirá decreto vinculando ao cumprimento da obrigação a taxa ou imposto para esse fim suficiente.

Art. 7º..

Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Sala das Sessões da Câmara Municipal de Corumbá , em 29 de dezembro de
1948.*

*ELPÍDIO ESTEVES CUNHA*Presidente*MARIA SAMPAIO DE*

*BARROS*Vice-Presidente*RENATO BAEZ*1º

*Secretário*ARMANDO HÉLIO CAVASSA2º *Secretário*HELIO

BARBOZA PRAT

ALBERTO JOSÉ NASSEF

ADEMAR RÉBULA

SABINO PAIVA GARCIA

GUILHERME BALTHAN VAZ

Lei Ordinária Nº 8/1950 - 29 de janeiro de 1950

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em